

## RUA AZEVEDO MARQUES

Decreto nº 6765 de 11-11-1981, Artigo 1º, Inciso III

Formada pela rua 7 do Jardim Alvorada e rua 10 do Parque Ipiranga - la. parte

Início na rua Libero Badaró

Término na rua Amador Bueno da Veiga

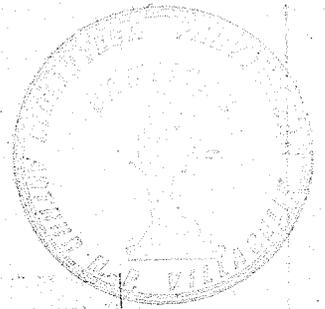
Jardim Alvorada

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Municipal de Campinas Francisco Amaral. Protocolado nº 28.020 de 03-10-1980 em nome de Comissão de Nomenclatura de Ruas, Praças e Logradouros Públicos.

## AZEVEDO MARQUES

Manuel Eufrásio de Azevedo Marques nasceu em Paranaguá, então vila da Província de São Paulo, a 08-outubro-1825 e faleceu em São Paulo em 20-fevereiro-1878. Era filho do Tenente-Coronel Joaquim Roberto da Silva Márques e Maria Cândida de Azevedo Marques e foi casado com Maria das Dores do Amaral Fontoura, deixando os filhos Branca, Maria Cândida e Fausto. Transcorreu sua vida muito modesta mas o seu benemérito esforço em prol dos fastos de sua terra asseguraram-lhe a perpetuidade do nome, Inscreveu-se entre os autores mais probos e úteis que vergaram a história do Brasil. Viveu Azevedo Marques absorto no trabalho diuturno exigido pelo serviço público e a incansável pesquisa do passado. Moço, muito inteligente, Manuel Eufrásio ingressou no serviço público, trabalhando na Secretaria do Governo da Província, onde chegou a exercer o cargo de oficial maior, aposentando-se nessas funções. Serviu também como escrivão de órfãos da cidade de São Paulo e foi major da Guarda Nacional. A natureza das funções exercidas na Secretaria da Província levou Manuel Eufrásio à intimidade dos papéis arquivados e cujo contato, acendeu-lhe a chama de cultor apaixonado. Acabou empolgado por este gênero de estudos e dentro em breve se viu familiarizado com os manuscritos inéditos e vultuosos do acêrvo de sua repartição, como também pesquisou outros depositos paulistanos como o da Câmara Municipal, os das Ordens de São Bento e do Carmo, da Cúria Episcopal, do Cartorio de Órfãos, da Tesouraria da Fazenda, dos cartorios, tabeliães, etc. Examinou todo esse acêrvo e contemporaneamente, reuniu toda a bibliografia impressa essencial de que podia no tempo dispor. Consultou e recorreu aos maiores historiadores e pessoas de crédito, e o seu famoso "Apontamentos", infunde a convicção de que ele se enrola integralmente na categoria de obra célebre e tradicional. Sua impressão, verificou-se após seu falecimento. Sua viúva remeteu ao Imperador D. Pedro II os volumosos originais do marido, que os examinou, e entregou ao Instituto Historico Brasileiro, para que publicasse, não na revista, mas em edição autônoma.

## RUA AZEVEDO MARQUES



DECRETO N.º. 6765 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1981.

DÁ DENOMINAÇÃO A VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.

O Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto-lei Complementar Estadual N.º. 9, de 31 de dezembro de 1969 (Lei Orgânica dos Municípios),

DECRETA:

Artigo 1.º. - Ficam denominadas as seguintes vias públicas:

I - "RUA CELESTINO DE CICCIO" a Rua 1 do Jardim Belmonte - Distrito de Sousas, com início na Avenida 1 e término na divisa do loteamento.

II - "RUA AFFONSO SARDINHA" a Rua 4 do Jardim Alvorada, com início na Rua Libero Badaró e término na Avenida 1 do Jardim Novo Campos Elísios 1.ª parte.

III - "RUA AZEVEDO MARQUES" as Ruas 7 do Jardim Alvorada e 10 do Parque Ipiranga 1.ª parte, com início na Rua Libero Badaró e término na divisa do loteamento.

IV - "RUA AMADOR BUENO DA VEIGA" as Ruas 10 do Jardim Alvorada e 15 do Parque Ipiranga 1.ª parte, com início na Rua 10 do Parque Ipiranga 1.ª parte e término na Avenida 1 do Jardim Novo Campos Elísios 1.ª parte.

V - "RUA ARLINDO LUCIO DA SILVA" a Rua 12 do Parque Ipiranga 1.ª parte, com início na Rua Abilio Fernandes e término na Rua 15 do mesmo loteamento.

Artigo 2.º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 11 de novembro de 1981.

DR. FRANCISCO AMARAL  
Prefeito Municipal

DR. CARLOS SOARES JÚNIOR  
Secretário dos Negócios Jurídicos

ENGO. JURANDYR POMPEO CAMPOS FREIRE  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido na Consultoria Técnico-Legislativa da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com os elementos constantes do protocolado N.º. 28.020, de 03 de outubro de 1980, em nome da Comissão de Nomenclatura de Ruas, Praças e Logradouros Públicos, e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 1981.

DR. RUY DE ALMEDA BABROSA  
Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito

## RUA AZEVEDO MARQUES



## II

Sobre Manuel Eufrásio de Azevedo Marques não há muito o que relatar. Correu-lhe a vida muito modesta mas o seu benemérito esforço em prol dos fastos de sua terra asseguram-lhe a perpetuidade do nome, rodeada de justíssima reputação. Inscreveu-se entre os autores mais probos e úteis de quantos figuram no rol dos que versaram a história do Brasil.

Viveu Azevedo Marques absorto no trabalho diuturno exigido pelo serviço público e a incansável pesquisa do passado, engolfado desde moço no embevecimento por assuntos que o apaixonavam.

Havia em sua família forte e velha tradição de intelectualismo, datando já do século XVIII. Revelara-se em São Paulo com seu avô paterno e homônimo, Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, natural da Colônia do Sacramento e filho do capitão-mor Manuel de Azevedo Marques († 1790) e de sua esposa e prima D. Ana Marques Vitorina, irmã do tenente-general Manuel Marques de Souza.

Sabem todos quantos conhecem os nossos anais que estes nomes pertenceram a três dos mais notáveis guerreiros do Brasil: o tenente-general (1747-1822), seu filho o brigadeiro (1780-1824) e seu neto e o mais notável dos três, o Conde de Porto Alegre (1805-1875).

O primeiro, nascido na vila de São Pedro do Rio Grande do Sul, e o segundo, prestaram inestimáveis serviços em nossas campanhas cispalatinas. Figura o terceiro entre os nossos mais ilustres paladinos ao lado de Caxias e de Osório, graças aos seus lauréis de Caseros, Curuzu e Tuiuti.

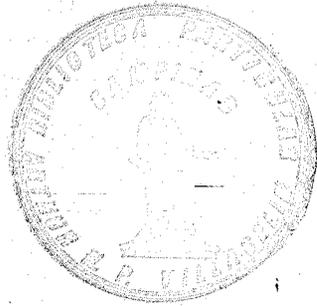
Assim era o autor dos *Apontamentos* próximo primo do herói de Curupaiti.

Nascido a 18 de novembro de 1753, formou-se o primeiro Manuel Eufrásio em direito pela Universidade de Coimbra e veio estabelecer-se em São Paulo no ano de 1791 como advogado "profissão exclusiva de toda a sua vida e na qual adquiriu a reputação a que fez jus pela ilustração e probidade" escreve um seu biógrafo. Casou-se na Sé Catedral paulistana, a 17 de agosto de 1794, com a paulista Ana Gertrudes Eufrásia da Natividade de Jesus Abreu (1773-1841), filha de João Francisco de Abreu e Eufrásia de Jesus, neta de Manuel de Gusmão e Maria Pedrosa Gomes (Silva Leme Gen. 8,215). Tornou-se em curto prazo um dos mais notáveis homens bons da República paulistana, a cujo foro ilustrava, tendo como dignos competidores o futuro Regente Nicolau Vergueiro e o futuro marechal Arouche, únicos advogados formados, então também residentes em São Paulo.

As *Atas* e o *Registro Geral* da municipalidade paulistana trazem numerosas atestações de sua vida pública e atividade cívica. Faleceu prematuramente, em São Paulo, a 24 de novembro de 1809, deixando numerosos filhos.

Dentre estes assinalou-se, notavelmente, o afamado Mestrinho, Antônio Mariano de Azevedo Marques (1797-1844) assim cognominado pela precocidade da inteligência e a extensão dos conhecimentos que já aos onze anos lhe permitiam ensinar como provector latinista. Dotado

✱



de extraordinária didaticidade, possuía ao mesmo tempo vastos e variados conhecimentos. Além de magnífico latinista conhecia bem o grego e o que no tempo era muito raro, falava correntemente diversas línguas vivas como o francês, o inglês e o espanhol. E ainda dispunha de grande cabedal de história e geografia. Aos dezesseis anos de idade vira-se, e sob gerais aplausos, nomeado professor de uma cadeira pública de latim e retórica.

Membro do Conselho do Governo da Província e vice-presidente deste, deputado à Assembléa Provincial e depois à Câmara dos Deputados do Império, maior carreira não pôde fazer por extraordinariamente enfermiço. Passava por volta de 1830, por ser o paulista mais ilustrado de seu tempo.

Mas a maior notoriedade do *Mestrinho* provém da sua qualidade de patriarca do jornalismo de sua província como fundador e redator do *Farol Paulistano*, primeiro jornal vindo a lume em território paulista, e, como se sabe, por ele redigido com a colaboração de Odorico Mendes e Costa Carvalho.

Uma irmã do Mestrinho, Maria Cândida de Azevedo Marques (1796-1888) casou-se, em 1823, com seu primo-irmão Tenente-coronel do Exército Nacional, Joaquim Roberto da Silva Marques (1790-1832), filho do seu tio paterno, o sargento-mor Joaquim Roberto de Azevedo Marques (1755-1827).

Foi o jovem casal residir em Paranaguá, então vila da Província de São Paulo, em cuja guarnição fora Joaquim Roberto mandado servir.

Ali nasceu o autor dos *Apontamentos*, a 8 de outubro de 1825, assim como os seus dois irmãos Joaquim Roberto e José Cândido. O quarto e último filho do casal, Roberto Maria, veio ao mundo em São Paulo para onde se retirara sua mãe, já viúva.

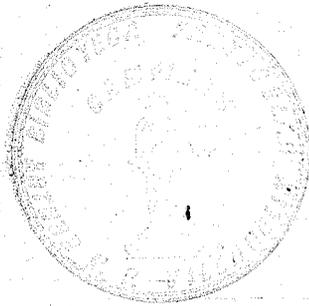
Moço de vivaz inteligência viu-se Manuel Eufrásio muito cedo aproveitado na Secretaria do Governo da Província, onde chegou a exercer o cargo de oficial maior aposentando-se então. Serviu também como escrivão de órfãos da cidade de São Paulo. Oficial da Guarda Nacional, nela teve o posto de major.

Casou-se quadragenário avançado em São Paulo, com D. Maria das Dores do Amaral Fontoura, nascida em 1845, na então vila do Príncipe, hoje cidade da Lapa, no Paraná. E deste consórcio lhe vieram duas filhas: D. Branca e D. Maria Cândida de Amaral Marques e um filho, Fausto de Azevedo Marques.

Prematuramente, pois não contava cinquenta e três anos de idade, faleceu, em São Paulo, a 20 de fevereiro de 1878, deixando os filhos na primeira infância, pois contava o mais velho apenas quatro anos.

Des seus irmãos foi José Cândido de Azevedo Marques (1828-1890) advogado e magistrado.

Joaquim Roberto (1824-1892), alcançou real destaque no meio paulistano. Desde muito moço trabalhou na imprensa e em 1854 fundou o *Correio Paulistano*, decano da Imprensa de São Paulo e um dos mais velhos jornais do Brasil, periódico de que foi o proprietário até 1882. Publicou, em 1857, o primeiro almanaque de São Paulo e, em 1888, o



*Memorial Paulistano.* Em sua oficina tipográfica imprimiram-se muitos jornais e revistas acadêmicas e literárias.

Secretário da Câmara Municipal de São Paulo, longos anos ocupou este cargo que ao falecer exercia.

Republicano dos primeiros anos da propaganda figurou na *Convenção de Itu* em 1873 e em diversos congressos do seu partido. Pretendia publicar uma *História da Imprensa* em São Paulo, projeto que não levou a cabo, tendo porém deixado vultoso material de notas para tal fim.

O último da irmandade, Roberto Maria de Azevedo Marques (1833-1888) era uma figura interessante. Adquiriu pelo estudo e o afã da leitura, grandes conhecimentos.

Jornalista, diretor de periódicos em São Paulo e Santos escrevia com brilho literário e muita graça, sobretudo. Entre os contemporâneos passava por humorista de fino quilate. É o autor do curioso *roman à clef* humorístico, *O lenço de Luiz XIV*, cujos exemplares são hoje da mais extraordinária raridade no conjunto da bibliografia paulista.

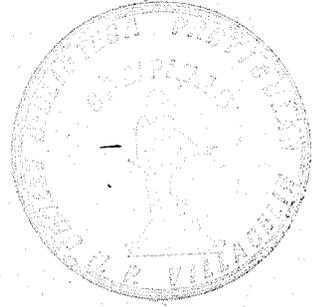
Desta novela que nunca, aliás, tive o ensejo de ler, ouvi largos gabos por parte de um homem de espirito superior como Martin Francisco III. Ao seu dizer constitui verdadeiro quebra cabeças, cheio de alusões exatas e causticantes ao meio e às personalidades contemporâneas do autor. Enigmático será ao leitor moderno, que lhe não compreenderá as alusões maliciosas e geralmente espirituosas em sua extravagância. E isto desde o título, pois em toda a novela nada há de Luiz XIV nem de lenço de espécie alguma.

“Era personalidade excessivamente modesta, embora dotado de grande cultura, dado aos estudos de Astronomia, ciência que muito conhecia, malgrado não ter cursado uma escola superior” escreve o Coronel Artur de Azevedo Marques O'Reilly, o muito distinto oficial do nosso Exército Nacional, autor da excelente monografia *A família Azevedo Marques*, onde obtive os dados aqui exarados sobre o autor dos *Aparentamentos* e seus parentes próximos.

### III

A natureza das funções de oficial da Secretaria da Província obrigatoriamente levou Manuel Eufrásio de Azevedo Marques à intimidade dos papéis arquivais, escusado parece lembrá-lo. Curto contacto determinou-lhe a explosão da vocação inata de cultor apaixonado do *temporis acti* horaciano.

Acabou empolgado por este gênero de estudos e dentro em breve se via familiarizado com os manuscritos inéditos e vultosos do acervo de sua repartição, fundo essencial do atual Arquivo do Estado de São Paulo. Assim também lhe ocorreu por extensão quanto aos depósitos arquivais paulistanos mais consideráveis e valiosos como o mais antigo de todos, o da Câmara Municipal, os das Ordens de São Bento e do Carmo, da Cúria Episcopal, do Cartório de Órfãos, da Tesouraria da Fazenda, repleto de riquezas da antiga Provedoria Real, dos cartórios, tabeliães, etc.



Examinou como tanto se torna flagrante de suas citações imensa papelada, a correspondência ativa e passiva, interna e externa, dos governos de São Paulo e do Brasil. Percorreu os livros de vereança e os do registro geral municipal; examinou numerosos inventários e testamentos, justificações de serviço, registros de sesmarias, ordens e bandos, memórias inéditas, cartas régias, regimentos, provisões, alvarás e decretos, autos *de genere*, livros mestres, relatórios de exploração, etc., etc. E contemporaneamente reuniu toda a bibliografia impressa essencial de que podia no tempo dispor.

Entre os principais consultores vemos Gandavo, Simão de Vasconcelos, Aires de Casal, Pizarro, Baltasar da Silva Lisboa, Jaboatão, o Visconde de Porto Seguro, Southey, Ferdinand Denis, Saint-Hilaire, Milliet de Saint-Adolphe, o Visconde de São Leopoldo, Armitage, Felício dos Santos Alencastro, etc. E ainda diversos *poetae minores*, e outros de autoridade hoje muito reduzida, se não desvanecida, mas que a boa-fé e o respeito pela palavra impressa o levaram a aceitar-lhes as indicações.

Para os assuntos das eras longínquas muito recorreu a Frei Gaspar e ao recentemente impresso, Pedro Taques. Deste último hauriu considerável cópia de informações. Arrolou ainda entre os consultados o brigadeiro Machado de Oliveira, Daniel Pedro Müller, Lacerda de Almeida, o Barão Homem de Melo, etc. Era tudo de quanto no tempo podia dispor.

Com o maior escrúpulo assentou as menções das fontes documentadoras de seus verbetes. Avisa, aliás, que se valeu ainda de muitos artigos, memórias e informações inéditas prestadas por diversas pessoas dignas de crédito.

Para as indicações lingüísticas brasílicas contou como principais guias Martius, no seu famoso *Glossário*, das línguas brasílicas e sobretudo Frei Francisco dos Prazeres Maranhão.

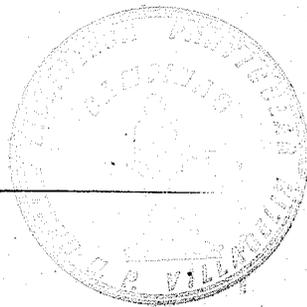
Parece-me que não chegou a conhecer o *Tesouro* e a *Arte* de Montoya, reimpressos em 1876 por Platzmann e o Visconde de Porto Seguro, segundo os originais dos livros de seiscentistas da extrema raridade das edições de Juan Sanchez.

Enfim, o exame das páginas dos *Apontamentos* infunde-nos a convicção de que elas se arrolam integralmente na categoria daquelas obras dignas da famosa epígrafe escolhida por Miguel de Montaigne para os seus *Ensaíos*: "*cecy est un livre de bonne joy.*"

Cercou-se Azevedo Marques de todas as precauções para infundir ao leitor do seu trabalho as características da persuasão da probidade da composição.

Procurou precipuamente acostar-se à pureza da documentação. Fê-lo, sempre, que tal lhe foi possível e quando precisou recorrer a fontes alheias esforçou-se por cobrir-se com opiniões ao seu entender, das mais abalizadas de que podia lançar mão.

Assim e por diversas vezes foi por estas induzido em erro e mesmo a graves erros. O Barão do Rio Branco fez-lhe diversas correções e outras muitas deverão ser levadas a cabo quando os seus textos forem rigorosamente analisados, verbete por verbete.



Mas de muitos destes enganos foi involuntário responsável, como se deu por exemplo quando, ao biografar o mestre de campo Manuel Dias da Silva deslocou para o Rio Grande do Sul façanhas bélicas ocorridas em Mato Grosso, como já fizera o Visconde de São Leopoldo. Ou quando tratando da sublevação de Vila Rica em 1720 o motim vulgarmente chamado de Felipe dos Santos — o famoso pseudo-paladino da nossa independência nacional tão completamente desmascarado por Fen de Carvalho — acompanhou o General Couto de Magalhães.

Muitos dos seus verbetes inserem erros que foram esclarecidos pelo desvendamento de documentação; assim se dá com os que por exemplo, se referem a Antônio Raposo Tavares, Domingos George Velho, e diversos outros ilustres sertanistas.

#### IV

Concluindo o longo e penoso trabalho, muito maior como coleta de documentação do que como redação, procurou Azevedo Marques trazê-lo a público, como tão natural era.

Difícil se lhe tornava angariar editor: no pequeno São Paulo do seu tempo, obra do gênero da sua oferecia-se a muito reduzido público. Não podia prescindir do amparo oficial, sobretudo numa época em que tão pouco avultava ainda a nossa cultura nacional.

Não contaria provavelmente com a boa vontade dos poderes locais, que poderiam contudo renovar o gesto dos legisladores de 1841, quando a Assembléia Provincial resolvera mandar imprimir o *Diário de viagem* de Lacerda e Almeida.

Havia, porém, para o nosso autor um recurso de grande valia a lançar mão: a benevolência de Dom Pedro II que amparara, recentemente dois dos mais ilustres paulistas: Carlos Gomes e Almeida Júnior.

Assim confiante no amor que o monarca americano professava pelas coisas do espírito, submeteu Azevedo Marques ao seu exame os manuscritos dos *Apontamentos*. Isto talvez quando da visita imperial à Província de São Paulo, de 17 a 30 de agosto de 1875.

Em maio de 1877 ainda estava a trabalhar na obra, como se depreende da Cronologia a ela anexa.

A 20 de fevereiro de 1878 falecia. Sua viúva remeteu então, ao Imperador os volumosos originais do marido. Examinou-os o soberano atentamente e com o faro da extraordinária cultura geral, percebeu-lhes imediatamente a valia.

Assim instigou, vivamente, o Instituto Histórico Brasileiro, do qual era o Protetor Perpétuo e o mais solícito dos presidentes, a que publicasse os *Apontamentos* não na revista mas em edição autônoma.

Em parecer de 25 de outubro de 1878 os conselheiros Olegário Herculano de Aquino e Castro (aliás paulista), e Tristão de Alencar Araripe apoiaram a iniciativa imperial embora a notar que a obra não abrangia "um estudo completo e perfeito da história e geografia de São Paulo" constituindo "simples ensaio em esboço ~~apresentado~~ pre-